



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

JUVENTUDE E INCLUSÃO: A PREPARAÇÃO DE JOVENS ATENDIDOS PELO PETI E CREAS PARA O MERCADO DE TRABALHO NA PARAÍBA

Nyedja da Silva Pinto

Hozana Maria de Sousa Lima

Suelídia Maria Calaça

Universidade Federal da Paraíba

nyjjjspinto@hotmail.com

hozanasl@hotmail.com

sueluc88@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A inserção de jovens que vivem em condições de vulnerabilidade por conta dos problemas socioeconômicos na sociedade é uma temática que vem sendo abordada e questionada com mais frequência ao passar dos anos, por órgãos governamentais e não governamentais, com o objetivo de proporcionar uma vida mais digna e justa para esse grupo de pessoas.

Visto que as desigualdades sociais e econômicas acarretam inúmeros problemas de ordem social, como a falta de oportunidade no campo educacional e no mercado de trabalho, o Projeto Integrado de Aprendizagem visou atender as necessidades dos jovens egressos do Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) e do Centro de Referência especializado de assistência social (CREAS).

Apresentaremos, então, a proposta do projeto e os resultados alcançados, enfatizando o resgate da cidadania do jovem e a sua inclusão social.

O presente artigo está dividido em quatro momentos: apresentação do projeto, segundo momento que discute a relação entre jovens, cidadania e mercado de trabalho, o relato dos objetivos alcançados e algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido. A discussão sobre o projeto tem como aporte teórico os autores Viola e Pires (2012), Abad (2002), Carrano e Sposito (2003) entre outros.



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Há um número cada vez mais elevado de movimentos e de iniciativas para que os jovens tenham seus direitos assegurados e exerçam papel de sujeitos ativos e reflexivos perante as problemáticas sociais, tornando-os protagonistas e não mais deixá-los à margem das políticas públicas. O PETI e o CREAS fazem parte destes movimentos.

O PETI foi um programa implantado em João Pessoa no ano 2000 que atendia inicialmente a filhos de catadores de lixo que participavam do programa Bolsa Escola da Secretaria Municipal de Educação. Em 2005, o Governo Federal integrou o PETI ao programa Bolsa Família. O PETI busca cumprir o que determina a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica da assistência Social (LOAS).

Já o CREAS PAEFI/MSE é uma instituição que tem como objetivo promover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescente e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto, visando contribuir para o acesso aos direitos e a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos seus usuários.

O projeto atendeu a 50 jovens do PETI e 25 CREAS PAEFI/MSE, somando um total de 75 jovens. Além de serem egressos dessas entidades citadas, outros critérios eram exigidos, quais sejam: os educandos deveriam estar cursando o 9º ano e ter idade acima de 16 anos. Esta proposta foi desenvolvida por várias instituições a saber: PMJP, SEDES, DAS, UFPB, SENAI, MTE/SRTE, TJPB/COINJU CREAS, PAEFI-MSE, FEPETI, sendo elaborada pelo Fórum do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Paraíba (FORUMPETI – PB). A cada instituição parceira cabiam responsabilidades específicas para que a proposta pudesse acontecer de forma exitosa.

À Prefeitura Municipal de João Pessoa, competia o pagamento dos professores contratados e do transporte para o deslocamento dos jovens, bem como o fornecimento da merenda. Ao PETI e ao CREAS coube a seleção e acompanhamento dos estudantes que fizeram parte do processo e à



Universidade Federal da Paraíba, a certificação, assumida pela Pró- Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e o apoio pedagógico, através do convite a professores dos cursos de Matemática, Letras- Português e Pedagogia para selecionar, preparar e acompanhar os alunos dos referidos cursos na regência de aulas. Também ficou sob a responsabilidade da UFPB a garantia do espaço físico onde funcionaram as atividades, ficando acordado que as aulas aconteceriam na Central de Aulas da UFPB, próximo ao Núcleo de Direitos Humanos que prestou apoio.

As atividades e carga horária foram distribuídas da seguinte forma: revisão de conhecimentos da língua portuguesa 96 horas/aulas, revisão de conhecimentos de matemática 96 horas/aulas, conteúdo de cidadania 48 horas/aulas, sendo as aulas ministradas em dois turnos: 01 (uma) turma pela manhã e 02 (duas) turmas à tarde. As aulas de português e matemática foram ministradas 04 (quatro) dias por semana e a de cidadania 01 (uma vez) por semana.

Após a preparação dos alunos na UFPB, deu-se início ao encaminhamento destes para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Esta segunda etapa está sendo a fase da formação profissional dos jovens para o mercado de trabalho. Para tanto, deveriam ter frequência mínima de 80% na fase instrumental que objetivou capacitá-los para o mercado de trabalho. As áreas ofertadas foram: assistente administrativo, vestuário e designer gráfico e serigrafia.

JOVENS, CIDADANIA E MERCADO DE TRABALHO

Para refletir sobre cidadania faz-se necessário citar o que diz o capítulo 1º da declaração dos direitos humanos de 1948: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.” Somos, portanto sujeitos de direito, direito esse que passa pela igualdade, liberdade e dignidade. A defesa destas ideias pode ser observada em Viola e Pires (2012):

“[...] eles colocam o ser humano como centro de um projeto que se baseia num pressuposto de liberdade e igualdade, aparentemente condições inerentes à natureza dos indivíduos e às urgências da vida cotidiana.” (p. 24).



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

Assim, os jovens deveriam ter seus direitos garantidos diante da perspectiva de igualdade e liberdade, sendo vistos como cidadãos (ãs), portanto sujeitos de direito, de modo que seus direitos deveriam ser garantidos independentemente de ações afirmativas, como as políticas públicas.

É inegável que os jovens sempre receberam da sociedade um olhar descrente, de acordo com Carrano e Sposito (2003):

Verifica-se que (...) há, também, um conjunto de referências ligadas às novas desigualdades e processos de exclusão decorrentes das conjunturas neoliberais que atingem sobretudo o segmento juvenil, e que, por essas razões, são demandadas ações específicas para esses segmentos. (p. 35)

Dessa forma, podemos compreender que a formação de ações públicas decorrem dos problemas que afetam a juventude, mas que na verdade tais desigualdades e exclusões poderiam ser evitadas através de ações públicas preventivas, sendo os jovens reconhecidos socialmente como agentes sociais.

Então, devido aos problemas sociais que os cercam, os jovens muitas vezes têm seus direitos negados, e assim precisam de ações a exemplo do projeto integrado de aprendizagem profissional que tornou-se uma ação positiva na tentativa de dá visibilidade a esses jovens marginalizados.

Desse modo, a proposta do referido projeto funcionou como uma ação eficaz, por perceber os jovens como sujeitos de direitos, já que possibilitou uma melhor formação educacional e profissional para uma futura inserção no mercado de trabalho, todavia é preciso que a sociedade passe a enxergar os jovens com outras lentes, as que os reconhecem como um ser em potencial para influir em decisões. Nesse viés Abad (2002) afirma que:

“A base deve estar na percepção de que os jovens possam atuar como atores sociais, participantes ativos da elaboração e da implementação das ações voltadas para eles próprios e assim deixar de lado a velha concepção de políticas públicas de cunho mediático e pensar um pouco mais profiláticas tais políticas.” (p. 21)

As medidas preventivas como coloca Abad, seriam o ideal para evitar que muitos jovens precisem passar por medidas socioeducativas ou assistenciais, para isso, é preciso encará-los como cidadãos (ãs), com



capacidade de influenciar nos assuntos sociais, principalmente nos que diz respeito às suas necessidades.

OBJETIVOS ALCANÇADOS

O projeto integrado de aprendizagem alcançou os objetivos propostos, pois minimizou as desigualdades sociais dos jovens através do processo educativo e de qualificação profissional, oferecendo a oportunidade dos mesmos poderem construir uma nova perspectiva de trabalho com habilidades para inserção no mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

O projeto Integrado de Aprendizagem teve relevância por se tratar de uma intervenção política e educacional que trouxe à tona os direitos dos jovens, dando-lhes a perspectiva de uma vida mais humanizada, a partir de sua inclusão na sociedade, já que estes estavam descrentes, sem perspectiva alguma como sujeito de direito e de valor. Assim, através do Projeto Integrado os jovens contemplados puderam perceber suas capacidades e desenvolvê-las nas atividades propostas nas aulas e logo após no SENAI.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel, (2002). **Las políticas de juventude desde la perspectiva de la relacion entre convivência, cidadania y nueva condicion juvenil**. Última Década, Viña Del Mar, CIDPA, no 16, p. 119-155, mar. In: **Diálogos entre juventude e educação: da posição conformista a práxis**. Rio de Janeiro, 2010.

Sposito, Marília Pontes e; Carrano, Paulo César Rodrigues. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. Revista brasileira de educação, set/out/nov/dez, nº 24, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300003&script=sci_arttext, acessado em: 09/08/2014.

VIOLA, Solon Eduardo Annes e Pires, Thiago Vieira. **O Movimento de Direitos Humanos e a Produção da Democracia**. In: **Educação, direitos humanos e exclusão social**. Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
